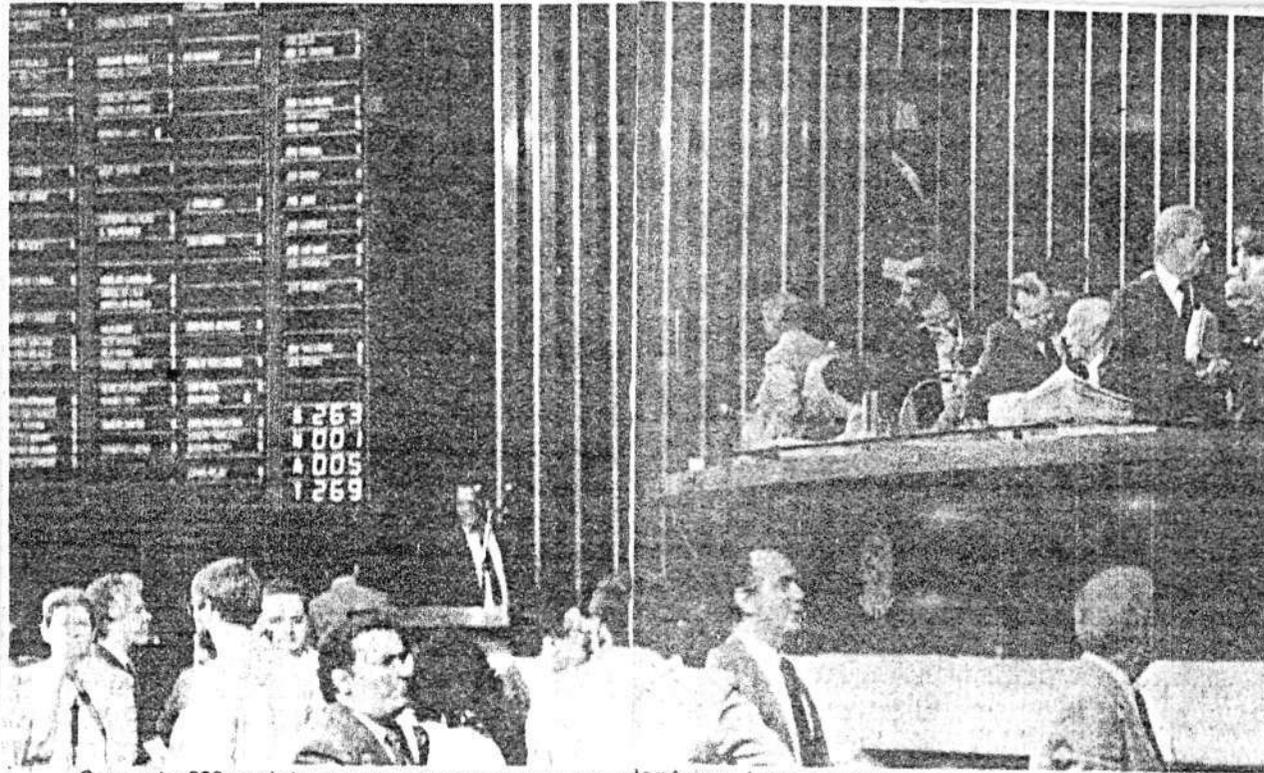


21.05.1988
P: 4

CORREIO BRAZILIENSE

EUGENIO NOVAES



Somente 269 registraram suas presenças em plenário e Ulysses teve que suspender a sessão

Dornelles pede prazo para negociar revisão

SERGIO COSTA
Correspondente

Rio — Após participar ontem de um almoço com mais de 100 empresários associados à Câmara de Comércio Norte-Americana no Rio de Janeiro, o deputado federal Francisco Dornelles (PFL-RJ) defendeu o estabelecimento de um intervalo de pelo menos 15 dias entre o final da atual fase de trabalhos da Constituinte e a votação do segundo turno. O objetivo principal seria o de permitir mais tempo para um entendimento em torno de emendas supressivas, para retirar do texto medidas de efeito mais direto sobre as empresas e também sobre o governo.

Dornelles citou a nacionalização da exploração de minérios e o tabelamento das taxas de juros reais em 12 por cento ao ano, a am-

plitude do direito de greve e alguns benefícios sociais como alguns pontos que deveriam ser modificados. E, embora evitasse se considerar pessimista, admitiu a dificuldade de se fazer previsões sobre qualquer reversão no quadro, e acentuou que as medidas supressivas vão exigir "muitos entendimentos".

A mensagem da Constituinte, segundo o deputado e ex-ministro da Fazenda, é "estatizante, nacionalizante e cartorial", pela presença na Ordem Econômica de vários itens em favor de um maior controle do Estado na economia e da proteção da empresa nacional. Na Ordem Social, ele centrou suas críticas na aprovação de diversos benefícios sociais, "sem qualquer preocupação com seus custos para a sociedade, que é realmente quem vai pagá-los, já que eles

implicar-ão em reajustes de preços".

Pelos cálculos de Dornelles, o repasse dos encargos sociais das empresas aos preços de seus produtos irá atingir parcelas menos favorecidas da população. Além disso, ele citou que, no caso da lei de greve, ficou caracterizado um problema na medida em que ela se estendeu amplamente, incluindo o setor público, "quando isto deveria ser definido pela legislação complementar", acrescentou o ex-ministro, que analisou para os empresários da Câmara Norte-Americana de Comércio a questão tributária e fez um balanço da Constituinte.

O deputado por outro lado, considerou o tabelamento de juros reais em 12 por cento ao ano "o artigo mais ridículo, até agora". Explicou que isto vai mesmo tirar o espaço do Gover-

no em termos de política monetária, ao dificultar a colocação de títulos no mercado para financiamento do setor público, diante da pouca atratividade da taxa, "restando, apenas, a emissão de moeda, que é inflacionária". Além disso, acrescentou que a medida dificulta a rolagem da dívida dos estados e da própria União.

Entretanto, Dornelles admitiu estar "muito preocupado" com as Disposições Transitórias, acentuando que entre os 156 destaques a serem votados existem emendas que ele classificou de "estatizantes", e outras que, por exemplo, concedem anistia aos débitos de pequenas e médias empresas e pessoas físicas, em alguns casos, quando estes foram contralidos no sistema financeiro, na época do plano de estabilização econômica.

No acordo para Comunicação, congresso dá TV

O texto preliminar do acordo sobre o capítulo da comunicação, que deve ser fechado na segunda-feira pela manhã, traz uma modificação importante em relação ao texto aprovado na Comissão de Sistematização e ao substitutivo do Centrão: retira do Executivo o poder de outorgar e renovar as concessões para os serviços de exploração dos canais de rádio e televisão.

De acordo com os textos do Centrão e da Sistematização, cabia ao Executivo tomar a iniciativa de outorga ou renovação destas concessões e só então, depois do ato consumado, a decisão passaria pelo crivo do Congresso. O acordo preliminar concluído na quinta-feira pela manhã entre as lideranças do Centrão, PMDB e esquerdas inverte a ordem. Agora, o Executivo apenas propõe a outorga ou renovação e o Congresso Nacional então aprecia a matéria em regime de urgência.

O aumento dos poderes do Congresso Nacional nesta matéria foi ponto pacífico nas reuniões de negociação. A divergência que ainda deve ser contornada é em relação ao quorum para a apreciação das propostas de outorga ou concessão. O Centrão luta pela maioria absoluta, enquanto o PMDB e as esquerdas estão negociando a maioria simples.

Além da questão do quorum, o único ponto ainda não acertado diz respeito a um dispositivo que prevê a regionalização obrigatória da produção artística,

cultural e publicitária a ser veiculada por emissoras de rádio e televisão.

Entre os dispositivos já acordados pelas lideranças, está um que prevê a inconstitucionalidade de qualquer lei que constitua embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação. O senador Pompeu de Souza, que embora ainda sem partido, está à frente das negociações deste capítulo, pretendia tornar o parágrafo ainda mais duro, proibindo até a apresentação de emendas constitucionais restritivas à liberdade de Informação Jornalística. Prevaleceu, no entanto, o texto menos radical.

A propaganda comercial de produtos, práticas e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente será disciplinada através de lei. O acordo mantém a proibição de toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. Em relação às diversões e espetáculos públicos, o Estado deverá limitar-se a informar sobre a natureza destes espetáculos e os horários e níveis de faixas etárias nos quais sua apresentação é inadequada.

Ficou mantida a proposta de criação de um Conselho de Comunicação como órgão auxiliar da tarefa de concessão e revisão das concessões de canais de rádio e televisão. Os membros deste conselho serão indicados pelos partidos políticos, proporcionalmente às suas representações no Congresso Nacional.